

A CONSOLIDAÇÃO DA NEOCLÁSSICA E A SUBMISSÃO CEPALINA AO MAINSTREAM

Lucas Trentin Rech¹

RESUMO

A Ciência Econômica, principalmente a partir da década de 1970, foi inundada pelo chamado *mainstream* econômico. A consolidação deste *mainstream* foi pautada por uma revolução formalista calçada em axiomas muitas vezes desprendidos da realidade. O devaneio dos mercados perfeitos defendido pela neoclássica abriu um novo campo para a reafirmação ideológica do liberalismo, não em sua velha forma, mas sim em sua forma *neo*. Dada às consolidações da neoclássica e do neoliberalismo, a CEPAL, antes local de debate econômico, foi pressionada a abandonar seu caráter de Escola do Pensamento, limitando-se apenas a atuar como organismo multilateral da ONU submisso à Washington. Com isso, pode-se compreender que a submissão Cepalina ao *mainstream* é uma triste consequência da consolidação da neoclássica.

Palavras-Chave: CEPAL; Pensamento Econômico; Neoclássica.

ABSTRACT

The economical science, mainly since the 70's, had been awash by the so called economical mainstream. The mainstream consolidation was ruled by a formalist revolution built from insubstantial axioms. The abstractedness of perfect markets defended by the neoclassical school opened a new field to the reappearance of liberal ideology, no longer in its old form, but now in its *neo* form. Given the neoclassical and neoliberalism consolidations, CEPAL, a former place to economical debate, was pushed to abandon its character of economic school and became a simple UN multilateral organism. Thereat is possible to see that CEPAL subordination to mainstream is a sadness consequence of neoclassical consolidation.

Key-Word: CEPAL; Economical Thought; Neoclassic;

INTRODUÇÃO

Apesar de sua passada influência, ao que indicam as evidências atuais, a chamada *Escola Cepalina* deixou de existir. O ponto de inflexão da CEPAL, e portanto o fim de uma época onde a entidade possuía relativa autonomia de pensamento, pode ser identificado no documento aderente ao 'Consenso de Washington' datado de março de 1990. Entretanto, para além da exposição do fato, ou seja, argumentar o porquê a CEPAL deixou de ser uma escola de pensamento, este artigo busca investigar os fenômenos externos que influenciaram a CEPAL a adotar oficialmente o receituário vindo de Washington, abandonando assim qualquer resquício de pensamento independente.

Para isso este trabalho encontra-se estruturado em quatro seções, sendo esta a primeira e a conclusão sua última. As duas seções que abrigam as discussões julgadas necessárias são,

¹ Mestrando em Economia na Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia. (luksrech@hotmail.com)

em ordem: *Da Economia Política à Economics Neoclássica*; e *O Fim do Pensamento Crítico Cepalino*. Na segunda seção é apresentada a passagem da economia política à economia neoclássica. Depois de delimitado o que se entende por pensamento neoclássico, discutem-se questões que vão desde o fascínio pelo quantitativo demonstrado por esta vertente do pensamento econômico, até o abandono, quase que completo, da realidade por grande parte de seus aderentes.

Já na terceira seção entra em voga o fim da chamada *Escola Cepalina*. Através de uma apresentação dos acontecimentos externos a CEPAL, como, por exemplo, o domínio cada vez maior da neoclássica como método econômico, e do neoliberalismo como ideologia, busca-se demonstrar a extinção do pensamento crítico nesta importante organização multilateral da ONU. Não obstante, a seção procura estabelecer um vínculo entre a afirmação do neoliberalismo como ideologia e da neoclássica como teoria. Se em um primeiro momento a neoclássica supre a ideologia, mais tarde a materialização da ideologia a partir dos governos Reagan e Thatcher fortalece a teoria. Por fim, o artigo destaca a necessidade da manutenção do pensamento crítico na América Latina, mesmo que necessariamente fora da CEPAL, por parte daqueles que ainda não foram seduzidos pela neoclássica.

DA ECONOMIA POLÍTICA À ECONOMICS NEOCLÁSSICA

Milonakis e Fine (2009) em seu livro intitulado *From Political Economy to Economics Method, the social and the historical in the evolution of economic theory* refletem sobre a passagem da Economia Política à *Economics Neoclássica*. Na introdução de seu livro, os autores afirmam que se pudessem descrever o conteúdo de seu livro em quatro palavras, resumiriam como “economics as a social science” (MILONAKIS & FINE, 2009, p. 16). Embora este ato, debater a economia como uma ciência de caráter social, pareça algo desnecessário, por ter esta sido fundada e vista como ciência social, a mutilação do pensamento crítico imposto pela neoclássica buscou afastar a economia de sua essência fundadora.

Antes de prosseguir é necessário definir o que se entende por método neoclássico, pois os neoclássicos em geral, “inclusive os enrustidos”, tendem sempre a ver com ceticismo o emprego da nomenclatura “neoclássica”. Como descreveu acertadamente Possas (1997):

“O método tipicamente neoclássico...[é] aquele que assume, necessariamente, a *racionalidade substantiva* (na expressão de Simon) maximizadora, como norma de decisão dos agentes econômicos, e o *equilíbrio* como norma de atuação dos agentes ou, pelo menos, de operação dos mercados individualmente, em conjunto (equilíbrio geral) ou ainda no agregado (na tradição macroeconômica neoclássica).” (POSSAS, 1997, p. 14-15)

Delimitado isso, é imprescindível destacar que o gradativo distanciamento entre a economia e as demais ciências sociais começa justamente quando a neoclássica consolida-se. Através de extrapolações simplistas, os modelos analíticos da ciência positiva, auto-denominados neutros, ganham espaço no campo das ciências econômicas. Entretanto, a partir de sua gradual aceitação, a neoclássica busca impor-se como única, ignorando suas limitações e o papel dos arcabouços teóricos desenvolvidos previamente a ela.

Assim, o domínio da neoclássica desenvolve-se a partir de sua auto-proclamação como método científico adequado e único. Isto só é possível, e mais ainda, respeitado, devido ao que Prado (2005) chamou de sedução da matemática. Uma possível explicação para que os economistas sejam constantemente seduzidos pela matemática pode ser encontrado em Furtado (1974 *apud* Prado 2005 p. 5) quando o autor destaca que “o economista, via de regra, trata de fenômenos que têm uma expressão quantitativa e que, pelo menos na aparência, podem ser isolados de seu contexto, isto é, podem ser analisados”. A quantificação de fenômenos apresenta-se assim, na aparência, como algo único, e portanto, a transformação das Ciências Econômicas em uma Ciência Exata-Natural é uma tentação à qual nem todos conseguem resistir.

Como destaca Prado (2005, p. 6) a ilusão da transparência que proporciona o uso do formalismo matemático é “evidentemente a origem de sua força”. Em uma alusão à neoclássica, mais precisamente a obra de Walras, Prado (2005) demonstra como se deu a incorporação da lógica matemática-formalista à Economia Política. A escola neoclássica, que no curso de seu desenvolvimento excluiu paulatinamente o pensamento crítico, parte “da dicotomia entre um mundo ideal e um mundo real”. É a ideiação deste mundo real que permite a *matematização* da economia. Afinal, o mundo real insiste em ser caótico, e portanto, sua formalização matemática não seria possível.

É por isso, para esta normalização do caos, que a neoclássica nunca abandona dois postulados: A maximização, através da racionalidade substantiva; e o equilíbrio. Pode-se dizer que estes dois pontos são, em uma analogia ao sistema solar, as estrelas centrais ao redor das quais todo o “sistema neoclássico” gravita, sem elas o sistema formalista não seria capaz de

gravitar. Ainda, mantendo a analogia, tem-se a demanda efetiva, os investimentos, e a própria demanda agregada, resumidos a asteroides, que raramente são avistados².

O enquadramento formalista da neoclássica recebe a atenção de Milonakis e Fine (2009) no capítulo 15 da obra citada. Este capítulo recebe o título de *Revolução Formalista*, e busca discorrer sobre a revolução ocorrida entre os anos de 1945 e 1955, através dos expoentes da neoclássica, Paul Samuelson, Robert Solow, Robert Lucas, entre outros. Na visão dos autores, a revolução formalista acaba com o que se iniciou a partir do marginalismo – de Mill, Menger e Walras – e reduz a macroeconomia à microeconomia. Através do indivíduo hiper-racional em busca da otimização constante, os “cientistas” do que depois consolida-se como *mainstream* econômico, são capazes de formular seus postulados “revolucionários”.

Coadunando com a visão de Milonakis e Fine (2009), Possas (1997, p. 21) atesta que a macroeconomia torna-se, a partir da consolidação da teoria neoclássica, uma combinação obscura de econometria com microfundamentos. A nova “macroeconomia”, que mais parece uma extensão da microeconomia e seus pressupostos fantasiosos, adquire forma em modelos de alta complexidade matemática. Entretanto, Possas (1997, p. 24) aponta que os modelos contemporâneos do *mainstream*, mesmo que matematicamente complexos, são uniformes “em sacrificar a complexidade do objeto real pela suposta necessária complicação formal que lhes dá aparentemente *status científico*”.

É em certa medida irônico, o fato da neoclássica, como meio de não fugir a órbita de suas estrelas centrais, venha utilizando a tese de mercados perfeitos, e sem nenhum pudor, quando as coisas não vão bem, como na crise dos mercados de 2007/2008, invocam a tese da “falha de mercado”. Stiglitz (2010, p. 347) demonstra que as falhas de mercado, resultante muitas vezes da incontestável assimetria de informações, “afeta drasticamente a natureza do equilíbrio do mercado”, o que, sem embargo, invalidaria a gravitação em torno de uma das estrelas centrais do “sistema neoclássico”. Mas não tímidos, os aderentes ao *mainstream* afirmam que “um mundo com um grau limitado de imperfeição de informação é quase perfeitamente eficiente”.

Ora,

² “A demanda efetiva se reduz a um detalhe irrelevante; os investimentos, apenas a um componente de demanda capaz de provocar “choques”; a própria demanda agregada nominal a um “dado”; sua determinação sofre uma total inversão lógica;” (POSSAS, 1997, p. 21)

“Se todas as questões centrais da operação dos mercados numa economia monetária, descentralizada — “de mercado” —, giram em torno da “falha do mercado”, ou dos mecanismos a ele atribuídos pela teoria econômica ortodoxa, não é melhor revê-la drasticamente? Será que a “falha” não é da teoria, que credita ao mercado “teórico” o que ele não faz (exceto nos mercados de leilão) — eliminar via preços os excessos da demanda ou de oferta — para em seguida debitá-lo à conta das “imperfeições” do mercado do mundo real?” (POSSAS, 1997, p. 20)

Ignorando todas as advertências³, e a fim de manter-se na órbita da maximização e do equilíbrio, o mundo ideado pela neoclássica conta com o indivíduo hiper-racional, e a partir dele constrói-se todo o funcionamento da economia. Assim, para o neoclássico, a teoria do consumo é a chave para a compreensão da economia, tornando desnecessários certos postulados macroeconômicos desenvolvidos *a priori*. Dentro do universo do homem-econômico os neoclássicos foram capazes de inverter a tese de Ricardo, onde a produção e distribuição comandavam o consumo.

Para Prado (1989) é justamente nesta inversão da tese de Ricardo, e porque não de toda a economia clássica, que ocorre a passagem da clássica à neoclássica. Para ele “o ardil contido na transição da economia clássica para a neoclássica” consistiu em “deslocar o foco da análise da esfera da geração e acumulação de riqueza para a esfera de seu consumo e suprimir, assim, a produção pela produção, a riqueza como fim em si, na análise econômica” (PRADO 1989, p. 61).

É importante destacar que esta passagem solapa a economia como ciência social. Como destacam Milonakis e Fine (2009) a revolução formalista, introduzida sob o domínio da neoclássica, buscou colocar as Ciências Econômicas em um patamar superior as demais ciências sociais. Para os autores neoclássicos a supremacia (ou o imperialismo como destacam Milonakis e Fine) do econômico é evidente. Na *economics* neoclássica a necessidade de estudar fenômenos políticos, sociais e existenciais é soterrada pela exclusividade da análise quantitativa-econômica.

A modelagem formalista em busca do equilíbrio geral é, como dito anteriormente, a estrela central da neoclássica, mesmo que este “estado de equilíbrio, segundo Walras, é[seja] um estado ideal e não real” (PRADO, 2005 p. 7). Contudo, apesar de irreal, este estado ideal

³ Como ilustração a advertência de Stiglitz (2010): “As teorias ortodoxas argumentam, por exemplo, que os indivíduos “racionalmente” devem se interessar apenas por salários e rendas reais, ajustadas à inflação. Se os salários caem 5% mas os preços também caem 5%, eles não sofrem nenhum efeito. Contudo, existe ampla comprovação de que os trabalhadores não gostam de ver seus salários caírem. Um empregador que corta os salários quando os preços caem seria visto de maneira muito mais negativa do que um empregador que desse um aumento de 1% quando os preços sobem 5% - muito embora a perda nesse caso seja maior” STIGLITZ, 2010, pg. 357.

apresenta como resolvidas as categorias fundamentais da Economia Política. Não há mais discussões sobre o que é valor, capital, lucro ou mercado, tampouco discutem-se suas origens. Temas de relevância social como desemprego e salário mínimo também encontram-se resolvidos na *economics* neoclássica: o primeiro não existe no equilíbrio; e o segundo não deveria existir.

Visto isso, é possível (embora não reconfortante) entender o distanciamento da Economia das demais ciências sociais. Ao passo que aceitamos que as demais ciências estudam, de fato, a realidade, o diálogo entre um economista e um cientista social, a cerca do salário mínimo, por exemplo, torna-se completamente inviável. Possas (1997) já chamava atenção para o fato da neoclássica ignorar sem pudor algum a realidade. Como relatou:

.“Contradições; conflitos; racionalidade limitada e não-maximizadora; comportamentos não-individualistas, coletivos e convencionais; expectativas adaptativas e com inércia; incerteza; surpresa potencial; instituições não-mercado; trajetórias dinâmicas, não apenas não-determinísticas, mas indeterminadas; situações ampla e sistematicamente fora do equilíbrio — são relutantemente aceitas como até possíveis (nem todas e nem sempre) no mundo real, mas não no sagrado recinto da ciência econômica.” (POSSAS, 1997, p. 30)

Dado este distanciamento contínuo entre a ciência econômica sob domínio da neoclássica e a realidade, é completamente assertiva a afirmação de Prado (2005, p. 8), onde o autor impõe que “O desafio que se apresenta para o pensamento no século XXI, na esfera da ciência econômica, vem a ser...manter vivo o pensamento crítico não apenas da ideologia elaborada na forma da teoria econômica, mas também da sociabilidade...que está em sua raiz”.

O domínio da neoclássica, entretanto, não pode ser explicado sem “o caráter mundial da produção de conhecimento e as redes neocoloniais criadas no mundo universitário que o alimentam” (OURIQUES, 2014, p. 170). A força desta teoria permite o ressurgimento do liberalismo como ideologia, em uma nova roupagem, e portanto, um *neo*-liberalismo. Apesar de ter sido solapado como ideologia ao final da segunda guerra mundial, em grande medida pelo keynesianismo, o liberalismo, agora em sua forma *neo*, ressurgiu no final do século XX, e junto com a neoclássica torna-se, pouco a pouco, dominante.

A soberania neoclássica, na medida em que avançou a partir dos “centros de excelência” estadunidenses – e que ao passo em que se consolida manifesta, em seu próprio centro embrionário, seus efeitos deletérios⁴ – foi apagando quaisquer resquícios do

⁴ “Num relatório importante mas pouco divulgado sobre o atual estado do ensino de Economia em pós-graduação nos EUA, elaborado por uma comissão de notáveis do mainstream indicada pela American Economic

pensamento crítico. “Mesmo a Cepal, uma instituição sólida e com certa tradição crítica...sofreu...em suas formulações” (OURIQUES, 2014, p. 172). A conversão Cepalina à neoclássica, que será melhor aprofundada na próxima seção, “implicou em empobrecimento metodológico, em perda de imaginação política, na incapacidade de propor algo mais atrevido aos governos que, finalmente, lhe dão sustentação” (Ibid.)

O FIM DO PENSAMENTO CRÍTICO CEPALINO

Para que se compreenda o que é atualmente a CEPAL, necessita-se antes entender o que foi e com que fim foi criada. Filho e Corrêa (2011) destacam que a criação da CEPAL em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, tinha por objetivo o desenvolvimento econômico da América Latina, e o reforço das relações dos países da região entre si e com o restante do mundo.

Entretanto, os autores acreditam que entre as décadas de 1950 e 1970 a CEPAL superou seu enquadramento de organismo multilateral da ONU e “foi responsável por uma interpretação do desenvolvimento econômico da América Latina que confrontava alguns aspectos fundamentais da visão dominante do desenvolvimento” (FILHO & CORRÊA, 2011 p. 93). Dada esta superação, a CEPAL foi considerada, a partir deste período, como uma Escola de Pensamento Econômico.

Ao confrontar o pensamento econômico dominante da época, propagador da ideia de que para os países latino-americanos alcançarem os níveis de desenvolvimento de seus colonizadores europeus, e dos Estados Unidos, “bastaria que as economias nacionais expandissem as suas atividades produtivas tradicionais e incrementassem o comércio internacional para que o desenvolvimento econômico fosse alcançado” (Ibid.), a CEPAL abre espaço para o pensamento crítico latino-americano.

Mesmo que encontrem-se críticas ao pensamento cepalino da época, principalmente no que tange o bloqueio à dita Teoria Marxista da Dependência, é impossível não reconhecer a importância do espaço dado pela CEPAL ao pensamento local. As inúmeras contribuições de Raúl Prebisch, Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado, Ricardo Bielschowsky,

Association e relatado por Anne Krueger (1991), são feitas considerações e análises sobre este tema específico, entre outros, que apontam sintomas preocupantes de deterioração lingüística, intelectual, de criatividade e de informação em Economia por parte do estudante médio, detectados inclusive pelo mercado de trabalho.” (POSSAS, 1997, p. 29)

Francisco de Oliveira entre tantos outros, frutos deste espaço, consolidaram o que se conveniu chamar: Teoria Cepalina. Esta “sustentou, por um período mínimo de vinte anos, as políticas econômicas dos países da América Latina, que se voltaram para um processo de industrialização liderado e financiado significativamente pelos recursos dos Estados Nacionais” (Ibid. p. 94).

Este papel assumido pela CEPAL, e compreendido pelos Estados Nacionais, foi de extrema importância para o desenvolvimento da região. Sem o surgimento da interpretação Cepalina do desenvolvimento, a América Latina teria, nas décadas de 1950 a 1970, seguido o pensamento dominante e se transformado em um grande quintal estadunidense e europeu. Cabe destacar que mesmo que as políticas implementadas não tenham sido suficientes para a emancipação da região (e não foram), o desenvolvimento do parque industrial latino-americano, em especial em países como Brasil e Argentina⁵, foram de extrema importância para a redução da dependência, e para o crescimento da região.

Contudo, em março de 1990, o documento intitulado “*Transformação Produtiva com Equidade: a Tarefa Prioritária do Desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos Anos Noventa*” indica o início da submissão do pensamento Cepalino à neoclássica. Em um documento alinhado com o que conveniu-se chamar “Consenso de Washington” a CEPAL indica o fim de sua era como espaço ao pensamento crítico e sua retomada as funções originais como organismo multilateral da ONU.

Entre as diretrizes que compõe o documento da CEPAL, as que mais lhe aproximam do “Consenso de Washington” são destacadas por Filho e Corrêa (2011, p. 97) como: “disciplina e reforma fiscais, a competitividade real pela via do mercado, com abertura de mercado e ampliação de exportações, e a circunscrição do Estado ao papel regulador”.

A submissão da CEPAL à Washington, e conseqüentemente à neoclássica, lhe põe a serviço da ideologia idealista do indivíduo hiper-racional. Como destacado na primeira seção deste artigo, a neoclássica, quando imposta e utilizada, solapa qualquer discussão sobre fenômenos políticos, sociais e existenciais, abrindo espaço para devaneios formalistas como são as curvas de demanda Hicksianas ou Marshallianas.

Se em um primeiro momento a consolidação da neoclássica junto a CEPAL encontra certa resistência, com o passar do tempo os “novos profetas, completamente desinibidos com

⁵ Ver mais em Osório (2012)

a vitória intelectual sobre os “heterodoxos” avançaram o sinal, afirmando que a “agenda de estabilização”, ou seja, na linguagem vulgar, o programa neoliberal, era na verdade, parte constitutiva da agenda do desenvolvimento” (OURIQUES, 2014, p. 173).

Fica evidente que se um órgão, outrora considerado escola econômica, adere a um pensamento a-político e a-histórico, que têm a ousadia de apresenta-se como desenvolvimentista, sua função como espaço de debate do futuro Latino Americano deixa de ser exercida. Quando circuncisa o Estado a mero regulador, e eleva o mercado a condição de semideus, a CEPAL impede que o pensamento crítico e direcionado se sustente. Afinal, caberia agora aos economistas o papel único de papagaios de Washington, pedindo cada vez mais ‘menos Estado e mais Mercado’.

A partir de tudo isso, faz-se correta a conclusão de Filho e Corrêa (2011, p.109) a respeito da CEPAL pós 1990. Os autores atestam que a “CEPAL ainda realiza pesquisas e diagnósticos relevantes para a região da América Latina, porém que **não tem mais condições de realizar um papel de Escola de Pensamento**, pois, para isso, seria imprescindível uma independência de atuação que os organismos multilaterais não têm, pelo menos desde os anos 1990” (grifo nosso).

Ao que se pode perceber, a partir do “Consenso de Washignton” não só a CEPAL, mas também os demais organismos multilaterais perderam sua independência de atuação. Com sua liberdade cerceada pela burocracia internacional, os organismos multilaterais se viram “forçados” a aderir à verdade propagada pelos economistas oficiais da burguesia (neoclássicos).

Entretanto, buscando seguir as tradições da Economia Política clássica, não seria pertinente apartar o debate Cepalino do contexto histórico em que isso aconteceu. Para isso este artigo recorrerá, entre outras, a obra, bloqueada pela própria CEPAL no início da década de 1970 (1973)⁶, de Ruy Mauro Marini, “*A Dialética da Dependência*”. Embora seja evidente que uma obra de 1973 não relate as condições históricas do período futuro, esta importante obra de Marini disponibiliza os elementos teóricos para uma análise da inserção da CEPAL como organismo multilateral de um continente dependente.

⁶ Sobre isso, ler *O Colapso do Figurino Francês* de Nildo Ouriques (2014).

Em primeiro lugar, Filho e Corrêa (2011) deixam uma pista importante para investigação do contexto histórico mundial que levou a CEPAL, em 1990, a submeter-se oficialmente a ideologia neoclássica. Os autores afirmam que entre 1950 e 1970 o organismo multilateral foi além de suas funções, oferecendo uma interpretação dos acontecimentos latino-americanos independente da visão econômica dominante. Entretanto, os autores indicam que a submissão oficial da CEPAL ao ideário neoliberal ocorre apenas em 1990, o que abre uma janela de duas décadas a serem analisadas.

A partir desta janela aberta, cabe contrariar a neoclássica e investigar os fenômenos políticos e sociais ocorridos entre 1970 e 1990. Antes de tudo, reconhecer que o subdesenvolvimento das economias Latino Americanas não está ligado a um pré-capitalismo, “mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional” MARINI (2005).

Pois reconhecido isso é possível compreender que os acontecimentos políticos extra-latino-americanos exercem influência, direta ou indireta, sobre o continente. E assim, o surgimento do ideário neoliberal, com as ascensões de Margaret Thatcher ao posto de Primeira Ministra Inglesa em 1979, e de Ronald Reagan a presidência dos Estados Unidos em 1981, devem ser vistas como importantes ocorrências na mudança estrutural do pensamento Cepalino.

Cabe destacar, porém, que o surgimento da dupla Thatcher/Reagan, não acontece também apartado do crescimento da neoclássica. Depois de “vencido” pelo keynesianismo no pós-guerra, através de sua *neo* roupagem, o liberalismo ressurgiu sem pudor nos escritos dos expoentes do pensamento neoclássico. Deste modo, apoiados no dito “pensamento científico” econômico, a dupla pôde defender o liberalismo e o individualismo. Nada mais representativo que a famosa sentença da Sra. Thatcher: “não há sociedade, só indivíduos”.

Para esta propagação do individualismo a dama de ferro encontrava substancial apoio “científico” na teoria neoclássica. Nesta, a suposição generalizada dos “agentes representativos” dotados de uma racionalidade objetiva, permite que o equilíbrio seja alcançado através da maximização das utilidades individuais. Logo, é pertinente afirmar que a teoria, como Thatcher, ignora a sociedade e foca na observação do indivíduo. Pouco importa se o agente representativo, caro a teoria neoclássica, possa não existir, o foco no indivíduo e nas “liberdades individuais” é indispensável ao neoliberalismo.

Vale frisar, que o ressurgimento da ideologia liberal, que pouco a pouco materializa-se através da dupla anglo-americana, impõe determinadas mudanças ao Estado burguês:

“o Estado burguês, mantendo o seu caráter de classe, experimenta um considerável redimensionamento. A mudança mais imediata é a diminuição da sua ação reguladora, especialmente o encolhimento de suas “funções legitimadoras”: quando o grande capital rompe o “pacto” que suportava o Welfare State, começa a ocorrer a retirada das coberturas sociais públicas e tem-se o corte nos direitos sociais – programa tatcherista que corporifica a estratégia do grande capital de “redução do Estado”, num processo de “ajuste” que visa a diminuir o ônus do capital no esquema geral de reprodução da força de trabalho (e das condições gerais da reprodução capitalista).” (NETTO, 2013, p. 19)

Colocando em voga as palavras-de-ordem, flexibilização, desregulamentação e privatização, o neoliberalismo apoiado na neoclássica avança frente aos organismos multilaterais das Nações Unidas. Na citação de Bielschowsky (2000) contida em Filho e Corrêa (2011), há uma clara referência à postura Cepalina adotada em: “A implantação das reformas {propostas pelo ideário neoliberal} suscita entusiasmos e apreensões, expressos em acalorado debate ideológico, frequentemente polarizado.” (BIELSCHOWSKY 2000 *apud* FILHO & CORRÊA 2011, p. 98).

Não é de se estranhar que a mudança na condução independente dos organismos multilaterais tenha mudado ao fim de uma década da dupla Thatcher e Reagan (o mandato do americano encerrando-se em 1989 e o da britânica em novembro de 1990). A propagação constante da independência dos mercados e da submissão dos governos, por parte dos dois líderes mais influentes no ocidente, surtiria, direta ou indiretamente, cedo ou tarde, efeito em todos os países ocidentais capitalistas.

O “Consenso de Washington” adotado pela CEPAL é, em sua estrutura, indissociável do ideário neoliberal. Só compreendendo o caráter dependente das economias latino-americanas é possível analisar a gravidade das orientações Cepalinas à “abertura de mercado e ampliação de exportações, e a circunscrição do Estado ao papel regulador”.

Como destaca Marini (2005) a América Latina ingressa no comércio mundial no calor da expansão comercial do século XVI. De “Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos” no século XVI, com a revolução industrial do século XIX e a independência dos países da região, a América Latina passa “a girar em torno da Inglaterra...Ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e — quando a exportação supera as importações — de dívidas”.

Esta estrutura pós-colonial insere a América Latina na divisão internacional do trabalho. O que, sem embargo, não elimina o caráter submisso das antes colônias, e agora países, em relação aos países europeus. Nas palavras de Marini (2005) “é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”.

Dentro deste caráter dependente das economias do continente Latino Americano, a indicação da CEPAL a abertura do mercado e ampliação das exportações só se explica ao nível do abandono absoluto do pensamento crítico. Uma instrução normativa de tal nível expõe um desconhecimento juvenil do ciclo do capital no continente.

A diferença do ciclo do capital na América Latina, em relação ao ciclo do capital nos centros capitalistas, impõe ao trabalhador latino-americano uma alienação em relação ao seu produto diferente daquela sofrida pelos trabalhadores dos centros. A alienação entre produtor e produto, fruto do modo de produção capitalista, se impõe de maneira ainda mais brutal ao trabalhador de um país dependente.

“Na economia exportadora latino-americana...a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo.” (MARINI 2005)

É de se compreender, portanto, a defesa irrestrita de Reagan e Thatcher a abertura dos mercados mundiais, o que não é compreensível é a inflexão de um organismo que outrora (décadas de 1950-1970) defendeu a emancipação (dentro dos marcos capitalistas da produção) do continente Latino Americano, ao ideário que pretende joga-lo de maneira mais profunda ao ciclo da dependência.

Não obstante, como aponta Netto (2013) o ressurgimento do liberalismo como ideologia é uma resposta ao fim do ciclo expansivo do capitalismo. Com a queda das taxas de lucro a partir da década de 1970 e o ascenso do movimento operário, a restauração do capital veio

“para demonstrar aos desavisados que o capital não tem nenhum “compromisso social” – o seu esforço para romper com qualquer regulação política democrática, extra-mercado, da economia tem sido coroado de êxito. Erodio-se o fundamento do Welfare State em vários países e a resultante macroscópico-social saltou à vista: o capitalismo “globalizado”, “transnacional”, “pós-fordista”, desvestiu a pele de cordeiro” (NETTO, 2013, p. 9).

Deste modo, o neoliberalismo apoiado pela (e na) neoclássica, mais que um modelo econômico, é um projeto dirigido para liberar a acumulação de capital de todos os obstáculos impostos pela democracia. A pedra-de-toque da ideologia neoliberal, incorporada pela CEPAL através da incorporação da neoclássica, é a desqualificação do Estado, a defesa do “Estado mínimo”, que é na verdade a defesa de um “Estado máximo” para o capital (NETTO, 2013, p. 20)

Com base nisso, ao contrário do que prega o pensamento neoclássico adotado pela CEPAL, pode ser constatado que os fenômenos políticos, sociais e existenciais tem impacto preponderante na economia, e portanto, devem não só serem estudados, como debatidos, compreendidos e criticados. É irônico que a tese do não governo tenha sido propagada mundo afora, justamente, por dois governantes. O que mais uma vez, escancara a ingenuidade daqueles que creem que Thatcher e Reagan ignoravam seus próprios interesses.

A ausência de governo (ou seja, a presença de um Estado apenas regulador) é de extrema importância para as metrópoles imperialistas. É impossível imaginar o consumo do povo Estadunidense sem as maquilarias mexicanas, como não é possível imaginar a alimentação dos países europeus sem a produção agrícola brasileira, ou mesmo o mercado de tecnologia da informação sem os metais condutores chilenos.

Sem embargo, a erosão das regulações estatais imposta pelo grande capital visa claramente à liquidação dos direitos sociais e o assalto ao patrimônio e ao fundo público. Deste modo, a escola neoclássica, a servir de base para a construção ideológica neoliberal, longe de uma “ciência neutra”, como querem seus aderentes, coloca-se como uma enorme força política que se materializa a partir do “Consenso de Washington”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infelizmente, a CEPAL abandonou seu protagonismo como escola do pensamento econômico e foi forçada a ser, aquilo para que foi criada, um mero organismo multilateral da Organização das Nações Unidas. Entretanto, cabe destacar que a submissão Cepalina ao *mainstream* ocorreu em conjunto à dominação da neoclássica sobre a Economia Política. No contexto da revolução formalista, a neoclássica suprimiu o pensamento crítico ao apresentar-se como “método científico adequado”.

Não obstante, a submissão Cepalina ao *mainstream* ocorre justamente no momento em que o liberalismo como ideologia é incorporado por atores políticos influentes, sobretudo na Inglaterra e Estados Unidos. A ascensão desta força política e a propagação das ideias neoliberais passaram a impedir o comportamento independente dos organismos multilaterais ligados a ONU. E, portanto, esta força política, que se materializa a partir do “Consenso de Washington”, passa a submeter os diversos organismos multilaterais ao seu receituário político.

Há uma clara, e inegável, relação histórica entre a neoclássica e o neoliberalismo. Em um primeiro momento, a neoclássica firmando-se como o “pensamento científico correto” passa a servir de pedra angular do ressurgimento do liberalismo como ideologia. Entretanto, conforme o liberalismo em sua *neo* roupagem consolida-se, e ganha formas de poder cada vez mais concretas, passa a servir de apoio para a afirmação definitiva da neoclássica. Em uma relação simbiótica, similar a da trama com a urdidura, teoria e ideologia se fortalecem mutuamente. De modo que fica claro concluir que o “Consenso de Washington” é a materialização não só de uma ideologia, como também de uma teoria. Uma teoria, que apesar de descolada da realidade consegue influir diretamente sobre essa.

Por tudo, concluímos que o abandono do pensamento crítico dentro da CEPAL ocorreu sob forte influência daqueles interessados em que este pensamento fosse abandonado. E cabe, portanto, àqueles que não caíram na tentação formalista, manter vivo o pensamento crítico, e continuar pensando a América Latina para os latinos americanos. Se a CEPAL já não se apresenta como um espaço de debate, e sob o domínio da ONU dificilmente o fará novamente, é necessária a criação de um novo espaço capaz de propagar, de maneira influente, o contraponto ao pensamento dominante.

O fortalecimento do contraponto à neoclássica é imprescindível para o rompimento do ciclo de dependência, que desde os tempos de colônia, assombra o continente latino-americano. Não obstante, não se pode imaginar que o fortalecimento de um pensar independente aconteça sem um enfraquecimento do *mainstream*. O que imputa àqueles que não foram seduzidos pelos axiomas inverificáveis, uma dura tarefa na desconstrução do ideário neoclássico. Se é verdade que já existem críticas suficientes para o fim da teoria, é verdade também que a neoclássica continua dominante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, N.; CORRÊA, V.P. *A CEPAL ainda é uma Escola do Pensamento?* Rev. Econ. Contemp., Rio de Janeiro, v. 15, nº. 1: p. 92-111, 2011.

BIELSCHOWSKY, R. *Sesenta años de la CEPAL: estructuralismo y neoestructuralismo*. Revista da CEPAL, 97, p. 173-194, abril de 2009.

FURTADO, C. *Os Desafios da Nova Geração*. Revista de Economia Política, São Paulo, vol. 24, nº 4 (96): p. 483-486, out.-dez. 2004.

FURTADO, C. Capitalismo brasileiro: crescimento ou desenvolvimento, pp. 96-99. In: *Uma lição de história de Fernand Braudel*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

MARINI, R.M. O ciclo do capital na economia dependente, pp. 21-35. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). *Padrão de Reprodução do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2012

MARINI, R.M. *Dialética da Dependência*. Versão digitalizada conforme publicado em *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*, Editora Expressão Popular, 2005. Orgs. Roberta Traspadini e João Pedro Stedile.

MILONAKIS, D.; FINE, B. Beyond the formalist revolution. In: *From Political Economy to Economics Method, the social and the historical in the evolution of economic theory*. London: Routledge, Taylor & Francis, 2009.

NETTO, J.P. Uma Face Contemporânea da Barbárie. *Novos Rumos*, Marília, vol.50, nº.1: 39p., 2013.

OLIVEIRA, F. Crítica à razão dualista, p. 25-119. In: *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. 3ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da Região, pp. 102-139. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). *Padrão de Reprodução do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.

OURIQUES, N. *O Colapso do Figurino Francês: Crítica às ciências sociais no Brasil*. Editora Insular, Florianópolis, 2014.

POSSAS, M. *A cheia do Mainstream: Comentário sobre os rumos da ciência econômica*. Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, nº. 1, 1997.

PRADO, E.F.S. *A economia como ciência e a transição da economia clássica para a economia neoclássica*. Análise Econômica, Porto Alegre, UFRGS, ano 7, nº 12, nov. 1989.

<<https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>> Acesso em 27 de setembro de 2015.

PRADO, E. F.S. *A Garganta Mitológica da Teoria Econômica*. Mimeo, 2005. ou in Celso Furtado e o século XXI. Org. João Saboia e Fernando Cardim. Barueri, SP: Manole, 2007.

STIGLITZ, J. *O Mundo em Queda Livre*, Cia das Letras, São Paulo, 2010